ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CURSO DE JORNALISMO

GABRIELLA SALES DE MACEDO

A cor do pecado:

Brasileiros autodeclarados pardos e sua relação com ancestralidade

Memorial descritivo – Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo

2023

Gabriella Sales de Macedo
11228126

A cor do pecado:

Brasileiros autodeclarados pardos e sua relação com ancestralidade

Relatório descritivo do projeto solicitado para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Jornalismo do Departamento de Jornalismo e Editoração, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

Orientador: Profº Drº Rodrigo Ratier

Co-Orientador: Profº Drº Leandro Velloso

SÃO PAULO
2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Jeane e Cristiano, pelo apoio e amor constante e por todas as oportunidades que me permitiram chegar até aqui.

À minha irmã, Isabella, pela parceria incondicional, pelas risadas e pela orientação diária.

À minha avó, Nena, por celebrar cada conquista, mesmo a quilômetros de distância.

Aos meus amigos, por fazerem cada dia mais leve. Vocês me fazem permanecer nessa cidade.

Ao meu companheiro dos últimos anos, Pedro, por me ajudar sempre a seguir em frente.

Ao meu avô, Zelito (*in memorian*), por acreditar em mim desde o começo.

SUMÁRIO

1.	**INTRODUÇÃO**	5
2.	**JUSTIFICATIVA**	5
3.	**OBJETIVOS**	7
	3.1. Objetivo geral	7
	3.2. Objetivos específicos	7
4.	**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA**	7
5.	**METODOLOGIA E PROCESSO DE PRODUÇÃO**	10
6.	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	17
7.	**BIBLIOGRAFIA**	17

1. INTRODUÇÃO

A população brasileira é extremamente miscigenada e tem complexa composição genética. Boa parte das pessoas com muitos traços advindos de miscigenação se concentram no grupo racial dos pardos. Essa categoria é utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para dar conta de pessoas com diversas origens étnicas. Apesar de importante, a classificação pode contribuir para apagar identidades e dificultar o processo de emancipação, em um país dominado pelo mito da democracia racial.

Diante dessa circunstância, o Estatuto da Igualdade Racial considera como negra a soma das populações autodeclaradas preta e parda. Tal decisão é fruto de um projeto político dos movimentos negros, junto a outras lideranças, que considera os impactos do mito da democracia racial e ideais de embranquecimento atrelados à identidade do mestiço no Brasil. Essa junção considera que pessoas pardas são incentivadas a se afastar de sua ancestralidade negra e aproximar-se da branquitude. Contudo, estatísticas socioeconômicas mostram que pardos sofrem com o racismo, inclusive estrutural, de maneira semelhante aos pretos. Por isso, a validação dessa negritude é considerada uma grande conquista na busca por igualdade racial.

Porém, as características das pessoas autodeclaradas pardas são inúmeras, assim como o próprio entendimento sobre o que o termo significa. Este trabalho elabora, a partir de visualizações de dados e entrevistas, as diversas possibilidades de entendimento do que é ser pardo no Brasil, além da posição social dessa categoria.

2. JUSTIFICATIVA

Questões relacionadas a raça, e especificamente, sobre identificação racial – especialmente considerando pessoas miscigenadas – têm ganhado mais espaço na mídia. Progressivamente, cada vez mais pessoas se consideram pretas ou pardas. A questão da autodeclaração racial se mostra cada vez mais relevante, conforme a sociedade valida mecanismos importantes de combate ao racismo estrutural, como políticas de ação afirmativa, processos seletivos direcionados e reflexões sobre inclusão e diversidade no geral. Nesse contexto, ações que promovam maior conhecimento sobre a composição racial da população, além de melhor entendimento sobre como esses grupos se enxergam, tornam-se cada vez mais relevantes.

Os testes de ancestralidade genética, assim como o mapeamento de grandes grupos populacionais, surgem como um complemento aos processos de entendimento racial. Não com a intenção de se utilizar do conhecimento genético para determinar quem é preto ou pardo, por exemplo, mas sim para entender os mecanismos pelos quais opera o racismo no Brasil e qual o papel do genótipo e do fenótipo nos processos de identificação racial.

O projeto DNA Brasil é uma pesquisa do centro de estudos Genoma USP, que pretende mapear as características genéticas da população brasileira, e dados preliminares do projeto já mostram essa intensa miscigenação. Essas informações podem ser base para diversas pesquisas e políticas de saúde pública, por exemplo.

Ao mesmo tempo, têm se tornado mais comuns os testes pagos de DNA, com foco em ancestralidade, em que é possível saber a sua composição genética com base em origem continental.

É incompleto falar sobre identificação racial, especialmente no Brasil, sem contar histórias particulares e complexas sobre esse assunto, mostrando as verdadeiras nuances disso no cotidiano. Por isso, é relevante que entrevistas e histórias pessoais sejam incorporadas a análises teóricas e conjuntos de dados sobre o assunto

Segundo a Pnad de 2022, 45,3% dos brasileiros se consideram pardos. É preciso entender, porém, quem são essas pessoas e porque se declaram assim. Olhar para esse assunto pela lente do conhecimento do DNA, junto a experiências diversas de identificação racial –que tendem a ser mais complexas justamente para pessoas miscigenadas– é uma oportunidade de entender melhor como se dão esses processos no Brasil, como a ancestralidade cultural e genética interfere neles e, assim, compreender a vivência, o papel e social e as necessidades desse grupo de brasileiros.

Esse projeto investiga a interferência da genética no processo de identificação racial no Brasil, analisando diversos entendimentos sobre o "ser pardo" e demonstrando como dados genéticos e socioeconômicos se complementam a histórias particulares, no retrato geral sobre construção de identidade racial no Brasil.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Analisar e demonstrar, por meio de visualizações de dados e entrevistas, a relação entre genética e identificação racial para pessoas autodeclaradas pardas no Brasil.

3.2. Objetivos específicos

- Entender que os dados do projeto DNA Brasil mostram sobre a variedade genética da população brasileira;
- Explorar o ganho de popularidade dos testes de DNA – Ancestralidade e o que leva as pessoas a fazerem esses testes;
- Analisar como o conhecimento sobre o DNA muda a relação das pessoas com identificação racial;
- Demonstrar características da categoria racial "pardo" no Brasil;
- Explorar a diversidade de entendimento sobre o significado do "ser pardo";
- Entender os fatores que interferem nas histórias e posicionamentos particulares sobre identidade racial;
- Demonstrar como o uso de visualizações de dados, aliado à realização de entrevistas, pode contribuir para a produção de conteúdo relevante no jornalismo.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICA

Os primeiros resultados do projeto DNA do Brasil, divulgados em 2020, revelaram o que já se sabia há muito sobre a população brasileira, em estudos históricos. 70% da origem materna do DNA da população brasileira (DNA mitocondrial) é de origem africana ou nativo-americana. Já o DNA paterno (cromossomo Y), é 75% de origem europeia (BEZERRA, 2020).

Esses dados evidenciam a colonização violenta e a miscigenação forçada que seu deu no Brasil e construiu a população que temos hoje. Eles denunciam a agressividade desse processo, que se deu majoritariamente por meio do estupro de mulheres pretas e indígenas e extermínio dessas populações por parte do homem branco europeu.

Mas, para além disso, também mostram a relevância desse projeto que, já nos resultados preliminares, revelou informações tão marcantes sobre a composição genética da população brasileira. O projeto DNA do Brasil foi lançado em dezembro de 2019, liderado

pelas pesquisadoras Tábita Hünemeier e Lygia Pereira, do IB-USP (Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo). As pesquisadoras pretendem sequenciar o genoma de até 15 mil brasileiros, com o objetivo de "garimpar as informações contidas nesses genomas para identificar características genéticas, específicas da população brasileira, que possam ter relevância médica, e também resgatar histórias perdidas do processo — frequentemente violento — de colonização do Brasil" (ESCOBAR, 2020). Esses resultados preliminares envolvem o genoma de 1,2 mil brasileiros e já revelam bastante.

As pesquisadoras representam um lado do interesse pelo conhecimento genético, que também tem alcançado a população geral de diversas maneiras. Hoje, há uma variedade de testes genéticos de ancestralidade disponíveis no mercado a preços relativamente acessíveis, e a procura vem aumentando.

> "Os mapas de ancestralidade estão disponíveis no Brasil há mais de dez anos, mas o preço desanimava os interessados. A partir de 2019, várias empresas se instalaram no país, a análise do material deixou de ser feita no exterior e o custo baixou tremendamente — hoje, o teste sai, em média, 200 reais." (BARROS, 2021)

O aumento da procura começou a tomar maiores proporções em 2020, com um certo "estouro" em 2021. As empresas investiram em publicidade, personalidades famosas passaram a divulgar suas experiências com os testes e participar de campanhas. A editoria Tilt, do Uol, realizou uma campanha em que distribuiu testes para 20 personalidades, incluindo Maju Coutinho, Daiane dos Santos e Conceição Evaristo, por exemplo. (GOMES, 2021)

Além da curiosidade, os motivos para a procura pelo teste vão a questões mais profundas, ligadas a identidade, pertencimento e recuperação de memória.

> "Não seria demais acrescentar que a interpretação dos resultados deum teste de ancestralidade genética pode interferir em dimensões que vão do senso de identidade (seja em que amplitude for) ao sentimento familiar, da aceitação ou negação do conceito de 'raça' ao racismo, de perspectivas espirituais a ideários políticos." (GASPAR NETO; SANTOS, 2011)

Tais questões identitárias atingem níveis de profundidade extremos em uma população tão miscigenada e com origens tão apagadas como a brasileira. Nessa questão, destacam-se as pessoas autodeclaradas pardas. Apesar de representarem 45,3% da população brasileira (PNAD; IBGE, 2020), pessoas pardas são as que possuem, de certa forma, menor definição

sobre sua identidade. Não há uma definição prática e objetiva sobre o que é ser "pardo". Considera-se, em geral, que a categoria designa pessoas mestiças, que têm "origens diversas". Ou seja, incluiria qualquer pessoa cuja origem étnico-racial é variada, miscigenada. Contudo, quando se fala de população negra, no Brasil, considera-se o somatório de pessoas autodeclaradas pretas e pardas (OLIVEIRA, 2004). Assim sendo, pessoas pardas são, em teoria, pessoas negras. Essa definição, porém, exclui do grupo, por exemplo, pessoas miscigenadas com descendência indígena e branca, por exemplo.

É nesse limbo designado pelo pardo que reside boa parte das confusões e complexidades da miscigenação brasileira. O próprio termo e a categoria têm origens confusas e levantam polêmicas desde a definição até a sua utilização, em espaços como o movimento negro.

> "As categorias da classificação não são todas ambíguas. De fato, não há qualquer problema em identificar o branco, o preto e o amarelo, tampouco o indígena. A fonte de toda a ambiguidade está no pardo, e mais especificamente na fronteira entre o pardo e o branco." (OSÓRIO, 2003)

O que se pode dizer sobre o pardo é que, desde o princípio dos estudos demográficos no Brasil, ele aparece como maneira de designar parte relevante da população, junto a termos como "mestiço", "moreno" ou "mulato". Esse conceito e a sua vasta adesão pela população brasileira passa a ganhar importância conforme se cria a ideia do "Brasil miscigenado", na construção do mito da democracia racial (WESCHENFELDER; DA SILVA, 2018). Conforme o movimento negro ganha força nas décadas de 1970 e 1980, inicia-se um movimento de negação desse mito e de reivindicação do pardo como parte da herança africana no Brasil. Passa-se a enxergar a ideia do "miscigenado sem cor" como um processo de apagamento dessa identidade, uma tentativa de segmentar a população afrodescendente e enfraquecê-la.

Com todos esses processos de imposição de identidade e apagamento de origem, é compreensível o porquê do lugar do pardo, hoje em dia, ser tão cheio de confusões, incertezas e polêmicas. Apesar de quase 50% do Brasil ser pardo, talvez não haja um único consenso sobre o que isso significa.

Nesse contexto, o teste de ancestralidade ganha outra dimensão para aqueles que se autodeclaram pardos. Vem não apenas com um resgate dessa origem, mas, talvez, com uma maior compreensão de qual lugar se ocupa, racialmente, na sociedade brasileira.

Vale ressaltar que os testes genéticos não são respostas ou declarações de qual a raça/cor daqueles que os fazem. O processo de autodeclaração é adotado pelo IBGE para caracterização racial justamente por considerar que a identificação racial envolve uma série de questões, objetivas e subjetivas, vinculadas à vivência de cada cidadão.

Contudo, a busca pelo teste genético pode simbolizar uma procura por respostas relacionadas a esse processo, além do resgate de raízes particulares. De maneira geral, especialmente em uma população tão ampla como a parda no Brasil, é um processo que dificilmente se desvinculará da construção de identidade de quem o procura.

5. METODOLOGIA E PROCESSO DE PRODUÇÃO

O produto final desse projeto traz uma reportagem multimídia sobre o que é ser pardo no Brasil e a relação desse grupo com genética e ancestralidade. O trabalho, hospedado em site próprio, conta com uma reportagem visual introdutória –com dez gráficos, comentários de especialistas em texto e áudio e discussões acadêmicas sobre o assunto– e cinco perfis baseados em entrevistas com pessoas autodeclaradas pardas que fizeram teste de ancestralidade genética.

A produção do trabalho foi dividida em duas frentes:

a) Busca de dados, montagem dos gráficos, produção visual e entrevistas com especialistas.

Inicialmente, pretendia-se que este segmento do trabalho fosse embasado, principalmente, nos dados do projeto DNA do Brasil. Contudo, ao entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis pelo projeto, os únicos dados liberados foram os já divulgados para a imprensa em 2020: ancestralidade global dos brasileiros e ancestralidade por cromossomo Y e DNA mitocondrial.

Diante disso, optou-se por ampliar a discussão do projeto e da reportagem visual para uma reflexão sobre a população brasileira, suas características e raízes históricas. Essa mudança acabou por enriquecer o projeto, vinculando de maneira mais próxima o trabalho de jornalismo de dados às entrevistas.

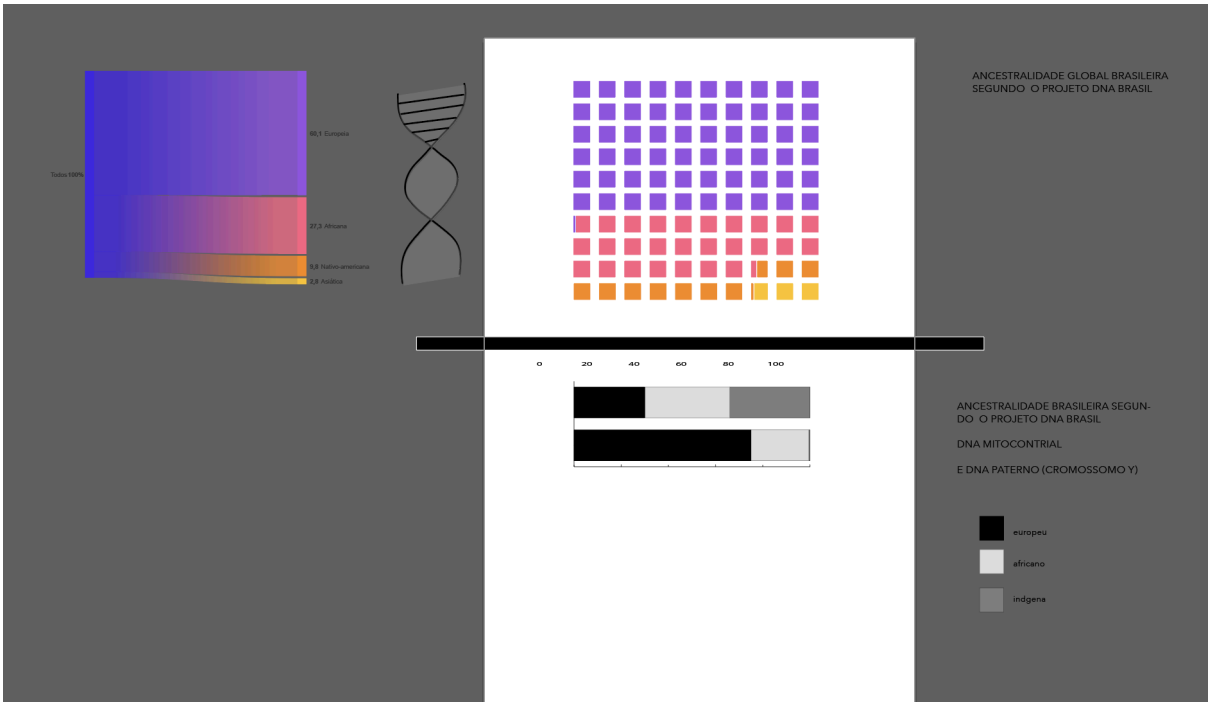
Os dados do projeto DNA do Brasil foram utilizados para a produção de dois gráficos iniciais, que demonstram o processo de miscigenação e composição genética dos brasileiros.

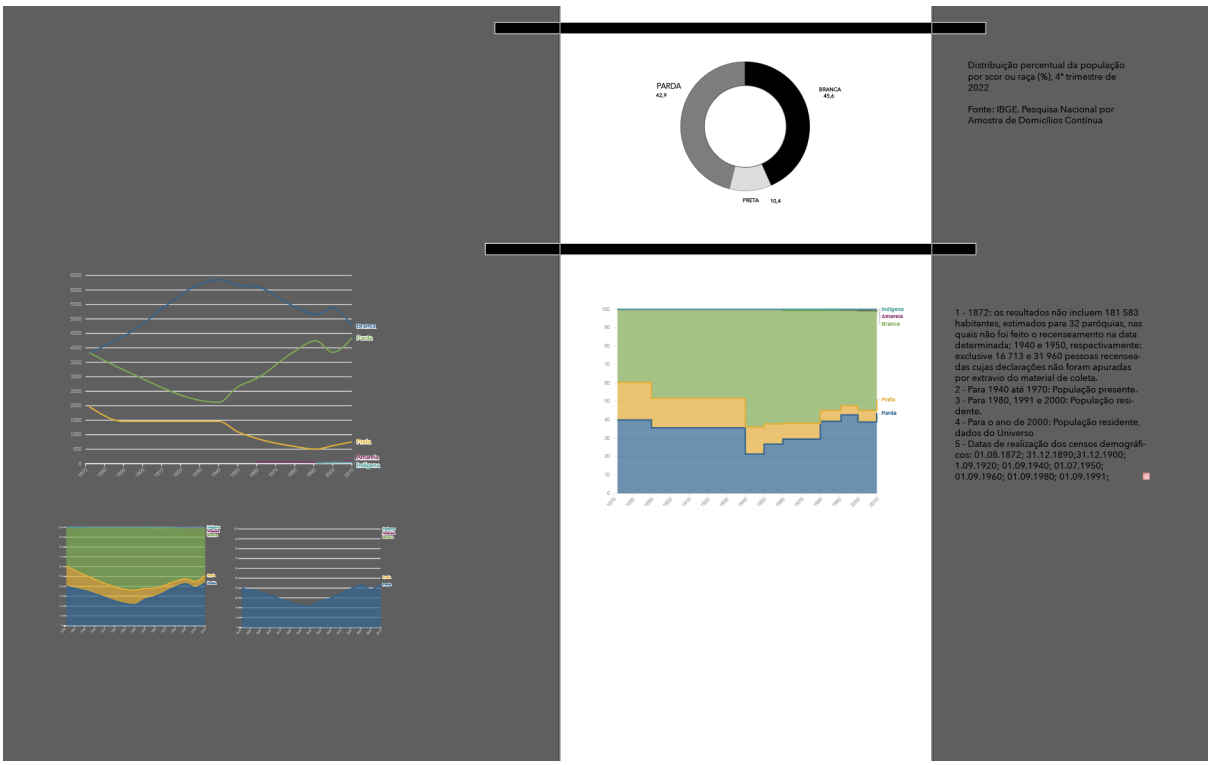
A partir daí, o trabalho volta-se para dados do IBGE, principalmente dos censos populacionais e da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Os dados foram coletados a partir do Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática), contato com a assessoria de imprensa do IBGE e relatórios oficiais do instituto.

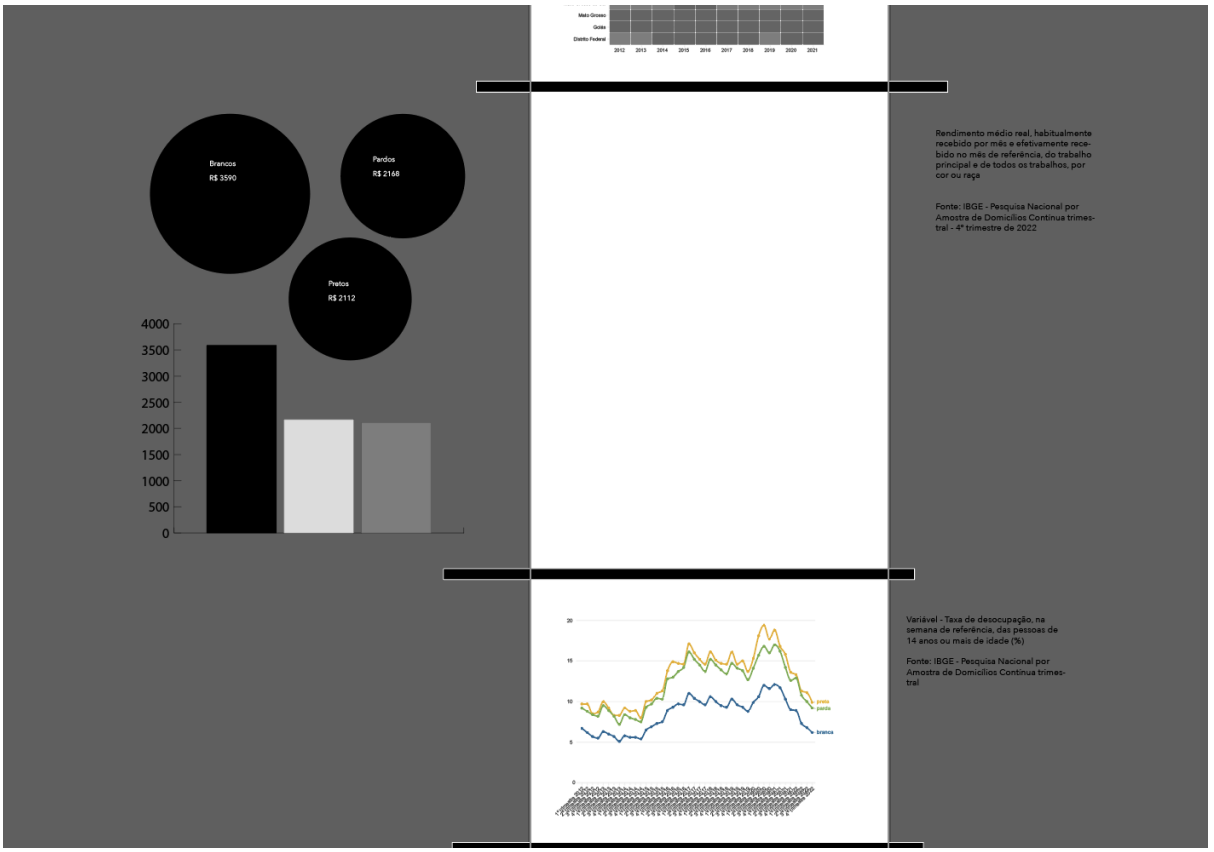
A maior parte dos dados utilizados estavam disponíveis em planilhas do Excel e, nesse formato, foi feita a análise e reconhecimento das abordagens de maior interesse. Para produzir os gráficos, foram utilizadas duas ferramentas: Flourish (site para produção de visualizações interativas e estáticas) e Adobe Illustrator (software de edição e design).

Ao todo, foram produzidos ao menos quinze gráficos em versões iniciais, que sofreram alterações na apresentação e foram selecionados ou excluídos para produto final.

Abaixo, imagens dos arquivos originais de edição:

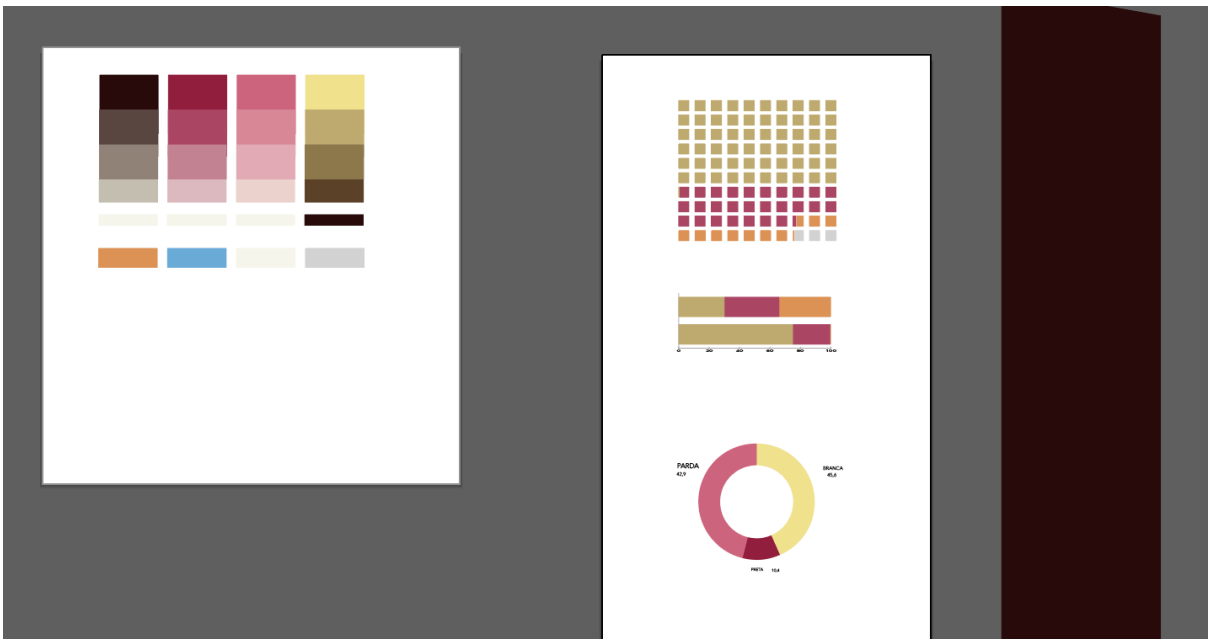


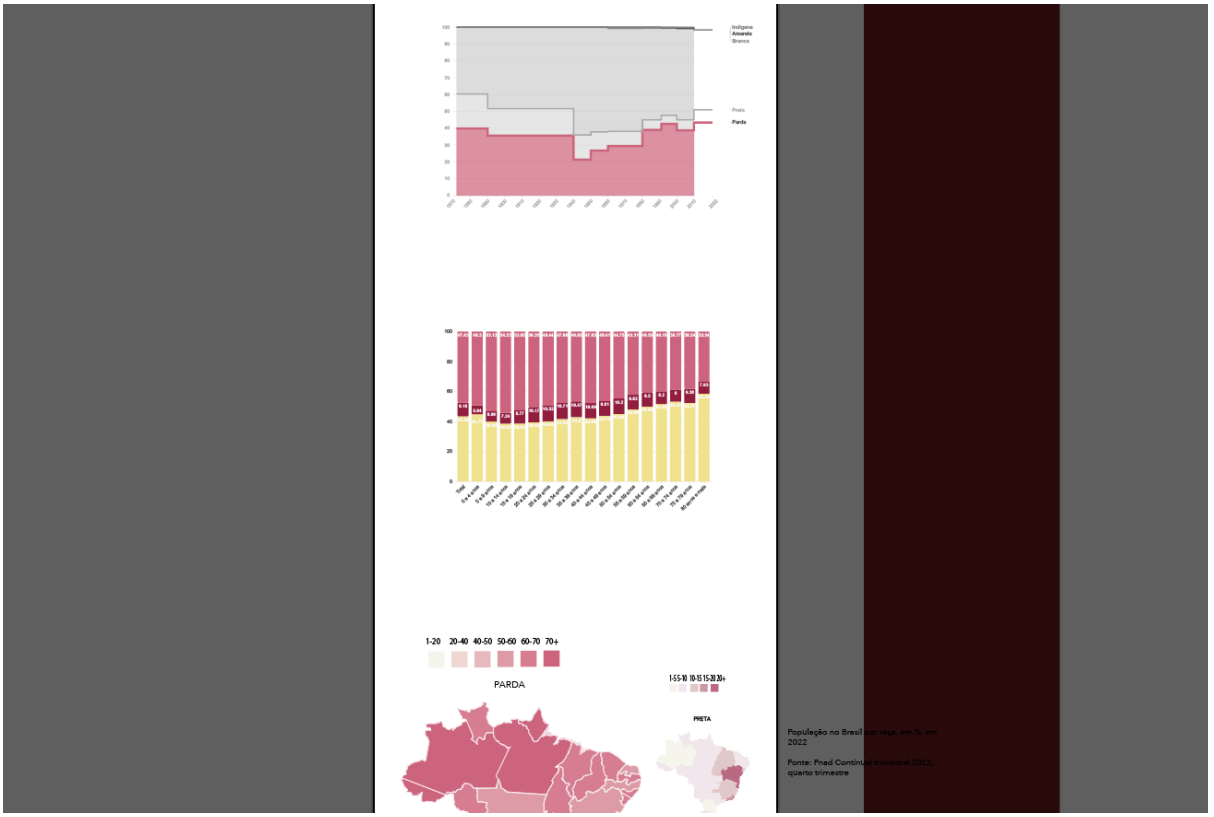


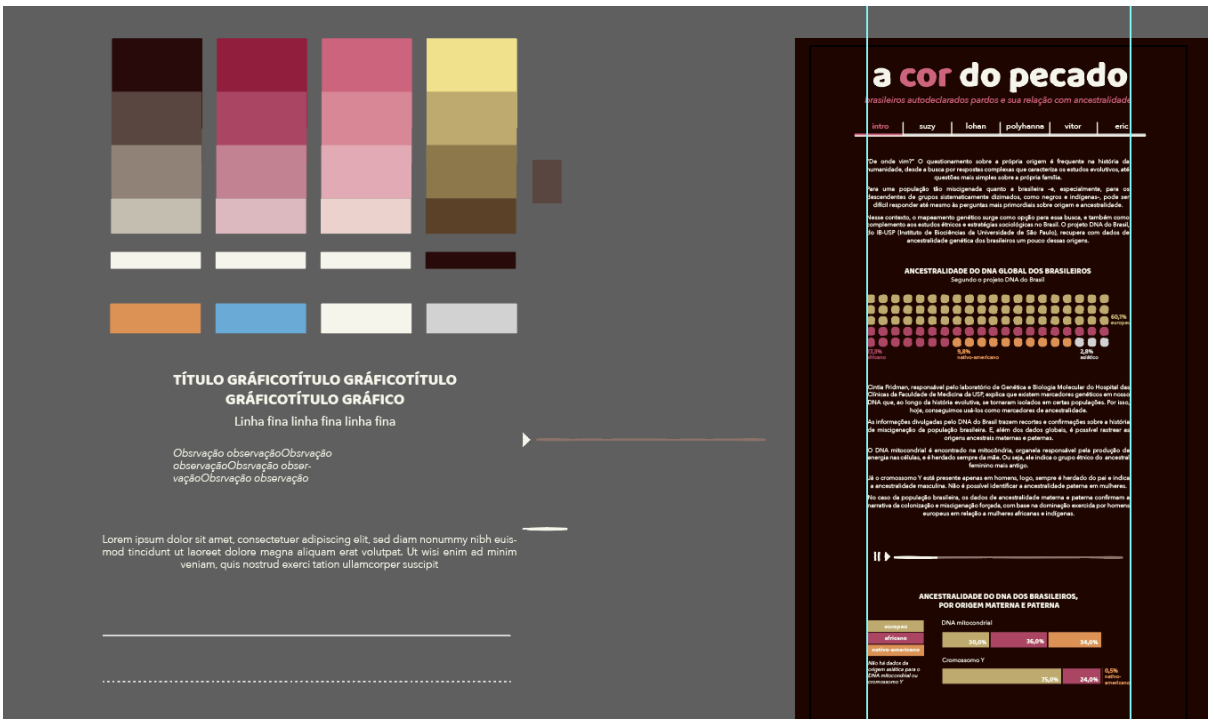


Após edição e seleção, dez gráficos foram selecionados para a construção de uma narrativa visual sobre as especificidades e definições da população autodeclarada parda no Brasil.

Seguiu-se então, a criação de identidade visual com paleta de cores, tipografia e, por fim, modelo do site para produto final.







Após finalização da edição dos gráficos, foram realizadas quatro entrevistas online com especialistas e autores de artigos para comentar a construção da identidade parda brasileira e o papel dos testes de ancestralidade nesse processo: Cintia Fridman, da FMUSP (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo), Mozart Linhares, da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), Cláudia Carvalho, da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) e o professor Francisco Payayá.

A entrevista com Francisco Payayá, que defende a inclusão dos indígenas nas discussões sobre o grupo racial dos pardos, não foi incluída de forma direta no texto final, mas foi utilizada na construção dos textos e reflexão proposta pelo trabalho.

O restante das entrevistas foram utilizadas para contextualizar os gráficos e complementar a narrativa, sendo incluídas também em formato de pequenos áudios para citação direta.

b) Entrevistas com personagens e escrita dos perfis

Partindo da ideia de contar histórias de pessoas autodeclaradas pardas que fizeram teste de ancestralidade, a estratégia utilizada para encontrar os melhores contatos foi procurar em grupos de Facebook.

Os grupos acessados foram Usuários de Genealogia Genética – DNA e DNA-Brasil Genealogia com Genética.

Através de posts solicitando pessoas dispostas a colaborar com o projeto, mais de dez pessoas se prontificaram. A partir do contato com os perfis disponíveis, foi feita uma pré-entrevista via Messenger com perguntas gerais sobre idade, profissão, motivo para fazer o teste de DNA, relação com racialidade e família.

As entrevistas finais foram realizadas com cinco pessoas, residentes em estados de três regiões do Brasil. Suzana Bispo e Vitor Monri, de São Paulo; Eric Rodrigues, do Rio de Janeiro; Polyhanna Gomes, do Piauí; e Lohan Pantoja, do Pará.

A diversidade regional foi de grande importância para o desenvolvimento do trabalho, por trazer à tona a variedade da percepção do que significa ser pardo em diferentes localidades.

Além disso, trouxe à tona de maneira mais evidente as questões sobre apagamento indígena e alta concentração da população parda na região Norte.

Idealmente, haveria menor concentração dos personagens na região Sudeste, mas a escolha dos entrevistados também considerou outros aspectos, como diferenças de idade e perspectivas individuais sobre o "ser pardo" e identidade racial.

Todas as entrevistas foram realizadas por videochamada e gravadas em outro dispositivo.

Nas primeiras reuniões sobre o trabalho, foi levantada a possibilidade de um último capítulo, narrando a relação pessoal da autora com o tema e a decisão de fazer ou não o teste de ancestralidade. Essa ideia, porém, foi abandonada e, como alternativa, os perfis foram narrados em primeira pessoa, mesclando a história dos entrevistados com comentários pessoais e relatos da autora.

Após conclusão do texto, o design do site foi concluído e repassado para desenvolvimento terceirizado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem final deste trabalho vai além dos impactos da genética e ancestralidade para pessoas autodeclaradas pardas, abordando as diferentes possibilidades de identificação e construção de identidade racial dentro da categoria.

Além disso, levanta uma questão relevante sobre o apagamento da identidade indígena e desconsideração dessa ancestralidade nos debates raciais no Brasil, que muitas vezes trazem uma abordagem binária, onde se é sempre branco ou negro.

Por fim, a discussão sobre a identidade parda relembra o histórico de colonização e miscigenação forçada brasileiro e, reconhecer as diversas possibilidades de entendimento nessa categoria se torna uma maneira de validar esse passado, sem reforçar uma falsa ideia de democracia racial.

7. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rômulo Santos De. “Raça” e “miscigenação” no Brasil: os desafios e os dilemas das nossas relações raciais. **Praça: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/25198. Acesso em: 28 jun. 2023.

BARROS, Duda Monteiro De. **Testes genéticos que mapeiam origem dos ancestrais estão em alta no Brasil | VEJA**. 2021. Disponível em: https://veja.abril.com.br/ciencia/testes-geneticos-que-mapeiam-origem-dos-ancestrais-estao-em-alta-no-brasil/. Acesso em: 12 jul. 2022.

BEZERRA, Mirthyani. **Uma nação se faz na cama?** [s.d.]. Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/dados-do-genoma-de-brasileiros-revelaram-violento-processo-miscigenacao/. Acesso em: 11 jul. 2022.

Características Étnico-raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro.

ESCOBAR, Herton. **DNA preserva história de populações escravizadas no genoma dos brasileiros**. **#Jornal da USP**, 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-biologicas/dna-preserva-historia-de-indigenas-e-escravos-no-genoma-dos-brasileiros/. Acesso em: 11 jul. 2022.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura. Biorrevelações: testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada. **Horizontes Antropológicos**, *[S. l.]*, v. 17, p. 227–255, 2011. DOI: 10.1590/S0104-71832011000100008.

GOMES, Gabriel Pinheiro De Siqueira. PRETOS E PARTOS, UNI-VOS. OS DESAFIOS

DE (O) SER NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XXI. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 80–106, 2021. a. DOI: 10.12957/rdciv.2021.55825.

GOMES, Helton Simões. **Quando o DNA diz de onde vim**. 2021b. Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/raizes-cravadas-no-dna/. Acesso em: 12 jul. 2022.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, *[S. l.]*, v. 18, p. 57–60, 2004. DOI: 10.1590/S0103-40142004000100006.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O Sistema Classificatório de Cor ou Raça do IBGE. *[S. l.]*, 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4212.

PNAD; IBGE. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022**. [s.l: s.n.].

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP, 2015.

SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, Luciana T. De Souza. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 27, n. 80, p. 117–133, 2012. DOI: 10.1590/S0102-69092012000300007.

SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura. Casa-grande & senzala e o mito da democracia racial. *Em*: [s.l.] : ANPOCS, 2003. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2072. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu Da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco; ET.AL, Débora Franco Machado. **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. [s.l.] : Autonomia Literária, 2022.

TUFTE, Edward. **Envisioning Information**. [s.l.] : Graphics Press, 1990.

WESCHENFELDER, VIVIANE INÊS; DA SILVA, MOZART LINHARES. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. **Análise Social**, *[S. l.]*, v. 53, n. 227, p. 308–330, 2018.

Aluna: **GABRIELLA SALES DE MACEDO**

Curso: **JORNALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso: **A cor do pecado: Brasileiros autodeclarados pardos e sua relação com ancestralidade**

Site: https://dev.cliki.app/acordopecado.com.br/